

Contratos celebrados fora do estabelecimento comercial *

Carlos Lacerda Barata **

Sumário: I – Introdução: 1. Contratação fora do estabelecimento comercial e tutela do consumidor; II – Contratos celebrados fora do estabelecimento no Direito positivo: 2. Fontes normativas específicas: 2.1. Antecedentes normativos comunitários e internos; 2.2. O quadro actual: 2.2.1. Directiva 2011/83/UE, de 25 de Outubro de 2011; 2.2.2. O regime jurídico português de 2014; 3. Outras fontes; III – Contratos celebrados fora do estabelecimento: conceito e regime: 4. Noção; elementos; 5. Âmbito de aplicação; 6. Deveres de informação; 7. Forma; 8. Direito de livre desvinculação; 9. Outros aspectos.

I – Introdução

1. Contratação fora do estabelecimento comercial e tutela do consumidor

I. Os processos de contratação que envolvem o consumidor¹ justificam a presença de um conjunto de regras e de princípios tendentes a assegurar,

* O presente estudo corresponde, com alguns aditamentos, ao texto base de parte da comunicação do autor, em 18-Fev.-2016, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do XIV Curso pós-graduado de aperfeiçoamento em Direito do Consumo, organizado pelo IDC – Associação para o Estudo do Direito do Consumo.

** Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Advogado.

¹ O conceito de consumidor não é uniforme, inclusivamente, nas fontes (sobre a heterogeneidade do termo consumidor, cfr. PIER FILIPPO GIUGGIOLI, *Il Contratto del Consumatore – Trattato di Diritto Civile*, dir. RODOLFO SACCO, *Le Fonti delle Obbligazioni*, 4 – UTET, Torino, 2012, 80 ss).

Em termos europeus, a noção de consumidor terá sido positivada, pela primeira vez, na Carta de Protecção do Consumidor, de 17 de Maio de 1973 (Resolução n.º 543